

CORREIO BRAZILIENSE  
16 DEZ 1985  
*Ass.*  
**Sugestões para  
a Constituinte**

Morte aos corruptos; Proibição do uso da telepatia no País; Proteção à natureza; Inclusão no currículo escolar do estudo da Declaração Universal dos Direitos do Homem; Pedidos de aposentadoria integral; Proibição da limitação de idade para concursos públicos. Essas sugestões constam das centenas de cartas que chegam diariamente à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, numa prova inequívoca de que a sociedade brasileira acredita no poder de mudança da Assembléia Nacional Constituinte.

O Sr. José Adail Holanda Lopes, estudante de Biologia da Universidade do Ceará, quer a proibição do uso da telepatia em todo o território nacional. Com outro tipo de preocupação completamente diferente, o advogado Alir Ratacheski, de Curitiba, defende a pena de morte para os corruptos que lesarem os cofres públicos e a Constituição. Ele sugere também a extinção das mordomias estatais, policiais, militares e suas auditorias em tempo de paz, além da redução dos impostos e das verbas militares, direcionando-as para a saúde, agricultura e educação.

Inspirado no livro "Nunca Mais", do escritor argentino Ernesto Sábato, O Sr. Valois de Faria Veiga, de São Paulo, propõe a defesa e a difusão dos direitos humanos nos organismos docentes do País, sejam eles civis, militares ou de segurança. Ele afirma que o direito dos mais humildes e das minorias étnicas, políticas e religiosas no País foram desrespeitados nos períodos autoritários de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985.

#### APOSENTADORIA

A questão da aposentadoria integral é um tema bastante freqüente nas corres-



pondências endereçadas à comissão. A recifense Graciete Peres Talamo, com 30 anos de serviço público, preocupada com seu futuro como aposentada pediu providências ao presidente Sarney, no sentido de incluir na nova lei a aposentadoria integral. O Sr. Angelo Raimundo pede que a Nova Constituição consagre o princípio de que todas as vantagens financeiras atribuídas aos funcionários em atividade sejam extensivas aos servidores inativos.

— Porque um cidadão para ser senador ou Presidente da República deve ter 35 anos e para ser um simples escriturário não pode ultrapassar os 28 anos — pergunta o Sr. Osni Ribeiro, membro do Conselho da Fundação Escolar Unidos do Planalto Catarinense. Ele é contra a limitação de idade de 28 anos para os concursos do Banco do Brasil e de 24 anos para os da Caixa Econômica.

#### ECOLOGIA

A proteção da natureza deve também ser garantida na nova Constituição. A Associação Brasileira de Solidariedade à Libertação Total dos Pássaros Engaiolados (ABRA/Solte), do Rio de Janeiro, afirma que nenhuma de nossas instituições consignou aos cidadãos o direito a um ambiente não contaminado e não deteriorado assim como não garantiu a preservação de recursos naturais, visando ao equilíbrio ecológico.

*Ass. CPEC*